



A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO PROCESSO INCLUSIVO: UM ESTUDO DE CASO

Gladys Maria Ramos de Oliveira Quirino¹
Joseane Maria Araújo de Medeiros²
Gilberto Thiago Pereira Tavares³
Priscila Daniele Fernandes Bezerra Souza⁴

RESUMO

A educação escolar constitui, ainda hoje, um desafio para a promoção integral do desenvolvimento e da formação do estudante, considerando suas particularidades. E quando se trata da educação especial inclusiva maior é a intensidade desse desafio. O atendimento educacional especializado torna-se essencial para superar essa questão no contexto escolar. Assim sendo, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) compreendida como um espaço capaz de integrar, socializar e incluir o estudante com necessidades especiais, surge no contexto escolar como um meio de romper com as barreiras de acessibilidade, especialmente, pedagógicas e atitudinais, impostas no processo inclusivo. Dessa maneira, o presente trabalho, a partir do estudo de caso de um estudante com deficiência intelectual, objetiva apresentar a relevância da Sala de Recursos Multifuncionais como um meio facilitador para o desenvolvimento das capacidades e habilidades de estudantes com restrição cognitiva e outras interações sociais, promovendo na escola um espaço efetivamente inclusivo que coloca em prática os pilares da inclusão escolar como: acesso, participação plena no cotidiano escolar e permanência dos discentes com Necessidades Educacionais Especiais.

Palavras-chave: Deficiência, Inclusão, Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

A educação escolar constitui, ainda hoje, um desafio para a promoção integral do desenvolvimento e da formação do estudante, considerando suas particularidades. Dessa maneira, a educação especial, inclusiva, assume a responsabilidade de alcançar métodos

¹ Graduada do Curso de Bacharelado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP, Graduada do curso de Licenciatura em Letra/Português pela Faculdades de Educação - FE/USP, Especialista em Gestão, Saúde e Educação Especial e Inclusiva pela ESTÁCIO/FATERN- RN, gladys_ramos_5@hotmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia, Psicopedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, joseanemedeiros@gmail.com;

³ Graduada do Curso de Ciências Biológicas do centro universitário UNIFACEX-RN, gil.thiago@hotmail.com

⁴ Professor orientador: Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, prisciladfb@gmail.com.



e reflexões que possam garantir a todo e qualquer estudante o direito à educação formal (SANTOS, 2012), permitindo que o estudante com deficiência supere os seus limites educacionais e participe do espaço escolar como indivíduo social.

A Educação Especial, nesse contexto, vem alcançando conquistas ao longo do tempo, mas ainda consiste em desafio tanto para educadores quanto para o público-alvo dessa educação. Para Sánchez (2005), a educação inclusiva pode ser compreendida como uma tentativa de atender às necessidades do estudante, garantindo que eles tenham os mesmos direitos à uma escolarização comum.

Para Rosin-Pinola e Del Pretti (2014), a Declaração de Salamanca (1994) surgiu trazendo possibilidades para inserção do estudante no espaço escolar e rompeu com paradigmas ao defender que a adaptação não deve ser cobrada ao estudante com deficiência, mas, é o ambiente educacional que deve encontrar meios para se adequar as necessidades educativas especiais deles.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), é notado no artigo 96, que o sistema educacional deve garantir aos estudantes com necessidades educativas especiais todas as adequações necessárias, para assegurar o seu desenvolvimento pleno de modo inclusivo, sendo atendido diante de suas necessidades. Para se concretizar esta finalidade não é suficiente ajustes estruturais na escola, mas também, adequações do currículo escolar, a reflexão sobre a formação do professor e a sua atuação junto ao estudante com deficiência (ARANHA, 2000).

Assim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva aponta garantias que devem favorecer um trabalho escolar inclusivo e orienta quanto a necessidade de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atenda aos estudantes que apresentam durante o período escolar, aspectos peculiares e significativos quanto aos seus processos de aprendizagem (BRASIL, 2008).

Com a finalidade de minimizar os impactos gerados pelas limitações educacionais da pessoa com deficiência, o governo do Estado do Rio Grande do Norte formulou a resolução (03/2016-CEB/CEE/RN) que aponta no artigo 1º, normas para o Atendimento Educacional Especializado para os estudantes público-alvo da Educação Especial a partir da educação infantil. Todas as condições impostas na resolução se apoiam na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (artigo 2º, inciso II).



Com relação ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, o artigo 3º indica que este é compreendido como um conjunto de atividades pedagógicas, recursos de acessibilidade organizados institucionalmente e prestado de forma complementar e suplementar. Destarte, compreende-se como público-alvo estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades.

O AEE, portanto, é um serviço ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), na própria escola do estudante, caso esta ofereça, ou em outra escola próxima que possibilite esse atendimento. Além disso, o atendimento deve acontecer no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo de classes comuns. As salas (SRM) de instituições públicas se restringem ao atendimento dos estudantes matriculados na rede de ensino Estadual e Municipal. Porém, os estudantes da rede privada também devem ser assistidos pela sala (SRM) na própria escola que se encontra matriculada.

O professor (a) da SRM atua na escola como facilitador da comunicação entre o estudante, a família e toda comunidade escolar (professores, profissionais de apoio e colegas da sala regular do aluno) da própria escola. Relação essa que gerencia o processo de adaptação e inclusão do estudante com deficiência. Além disso, encontra meios de despertar a ressignificação do conhecimento oriundo da sala de aula comum através das adequações e estimulações por meio de jogos e atividades que possibilitam a aquisição de novas competências. A SRM também, é uma ferramenta de mediação, apoio e suporte ao estudante e os professores das salas regulares.

Assim, pode-se compreender a SRM como um espaço capaz de integrar, socializar e incluir o estudante com deficiência no contexto escolar. Para Vygotsky (1987), a pessoa com necessidades educativas especiais é capaz de se beneficiar das interações sociais e da cultura da qual participa, e quando essas relações acontecem de forma adequada, elas são capazes de solucionar conflitos e mediar o desenvolvimento pleno do ser humano e a evolução do conhecimento.

Diante do exposto, o presente trabalho, a partir do estudo de caso de um estudante com deficiência intelectual, objetiva apresentar a relevância da Sala de Recursos Multifuncional como um meio facilitador para o desenvolvimento das capacidades e habilidades de estudantes com restrição cognitiva e outras interações sociais, promovendo na escola um espaço efetivamente inclusivo.



METODOLOGIA

O trabalho trata de um estudo de caso que aponta os aspectos relacionados a relação entre o desenvolvimento das habilidades e competências de um estudante com deficiência, o qual recebeu o codinome X, e o acompanhamento deste na Sala de Recursos Multifuncional em uma escola pública estadual do Rio Grande do Norte.

Conforme Lüdke e André (1986, p. 13), o estudo de caso “vem ganhando crescente aceitação na área de educação, devido principalmente ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola”. Nesta questão se justifica a possibilidade e a sua relação com o objetivo da nossa investigação. Também destacamos que na constituição da pesquisa “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17). Assim sendo, no estudo abordaremos a contribuição da Sala de Recursos Multifuncionais na inclusão do estudante X.

A pesquisa qualitativa possui as “características verdadeiramente distintivas do método do estudo do caso, ao longo de todas as fases de investigação: definição do problema, plano, coleta de dados, análise de dados, e composição e relatos” (YIN, 1983, p.05). Tendo como referência estas fases fizemos a análise baseada em alguns instrumentos que permitem a reflexão triangular (conceituação do referido autor) que ocorre através de múltiplos instrumentos e colaboradores.

O uso de fontes múltiplas de provas nos estudos de caso permite que um investigador se dirija a um alcance histórico mais alargado, assuntos de comportamento e atitudes. No entanto, a vantagem mais importante apresentada pelo uso de fontes múltiplas é o desenvolvimento das linhas convergentes de inquérito. Assim, qualquer descoberta ou conclusão num estudo de caso é passível de ser muito mais convincente e exata se for baseada em várias fontes diferentes de informação (YIN, 1983, p.112).

Deste modo, foram utilizados alguns instrumentos de pesquisa no processo de investigação, destacando a observação participante, a entrevista, os documentos de planejamento e acompanhamento do estudante. Foram Analisados os dados para compreender e evidenciar as necessidades reais no processo inclusivo na escola regular, tendo como suporte o Atendimento Educacional Especializado promovido na Sala de Recursos Multifuncionais.



Para o estudo foram levantados aspectos como tempo de permanência do estudante na escola (período de fevereiro de 2017 a novembro de 2018), atividades realizadas, dificuldades de se adequar às práticas da escola, quebra das barreiras atitudinais, encaminhamentos para atendimento com profissionais da área da saúde, devolutivas dos professores das salas regulares do estudante e família, intervenções, colaborações e mediações dos docentes da SRM junto a família do estudante, gestão escolar e professores das salas regulares. Além claro, e de importância ímpar para esse estudo, o desempenho do estudante antes e depois do acompanhamento com as professoras da SRM.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso se baseia na estudante X, a qual aos 5 anos de idade foi acometida de meningite bacteriana, fato este que provocou sequelas no âmbito cognitivo. A partir de então, a criança apresentou graves déficits de aprendizagem, o que futuramente, levou ao diagnóstico e ao laudo oficial ofertado por um médico neurologista, no qual consta retardo mental moderado com epilepsia, atualmente, classificado como deficiência intelectual.

Apesar de ser uma nomenclatura que vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, ainda é comum a utilização do termo retardo mental, sendo este, segundo Grossman (1973) e Almeida (2012) relacionado ao funcionamento intelectual geral abaixo da média, coexistindo com déficits no comportamento adaptativo e manifestada no período de desenvolvimento.

Na entrevista a família informou que a estudante frequentou a escola, porém sem assistência nem acompanhamento especializado, o que durante muitos anos acarretou em novos atrasos e estagnação do desenvolvimento de aprendizagem. As características relacionadas à restrição cognitiva, bem como social, começam a se apresentar ainda na infância (ALMEIDA, 2012), a estudante precisava ser estimulada ainda nessa fase da vida para corresponder a um desenvolvimento mais satisfatório, pois, cientificamente há comprovações que os investimentos adequados na primeira infância resultam de maior probabilidade no avanço das aprendizagens dos sujeitos.



Todavia, somente aos 22 anos, X começou a ser acompanhado pelos profissionais da educação especial em uma escola estadual, localizada no município de Natal, Rio Grande do Norte. Os atendimentos à aluna aconteciam sempre no contraturno da aula, conforme rege a resolução vigente (03/2016-CEB/CEE/RN), porém, não deixando de ser observada e, algumas vezes, acompanhada pela profissional do turno de aula.

Diante do conhecimento deste contexto de história a professora da Sala de Recursos Multifuncionais realizou várias intervenções para promover a acessibilidade pedagógica. Durante os horários de aula, com a autorização do professor(a) regente, passou a observar se a aluna precisava de algum apoio para entrar na sala e buscava acompanhar, junto com os professores, quais conteúdos estavam sendo aplicados, como estes eram repassados a aluna para, enfim, buscar métodos para o desenvolvimento de atividades significativas para X.

Para Glat e Fernandes (2005), a utilização dos recursos e métodos de ensino apropriados e mais eficazes possibilitarão às pessoas com deficiências melhores condições de adaptação social, tornando-os mais capazes de superar suas dificuldades e integrando-os de maneira mais ativa na vida social.

Nos horários que a estudante não tinha aula, por motivo da ausência de professor ou outros fatores, X realizava atividades adaptadas com a supervisão da professora do turno de sua aula. A docente da SRM fazia a integração do que os professores desenvolviam com os estudantes típicos através do contato direto com os professores das salas regulares da aluna.

A partir dessa interação entre professor de sala regular e professor de SRM, por iniciativa da última, a estudante começou a desenvolver habilidades relacionadas a escrita, a fala e a própria interação social, além de conseguir manusear recursos tecnológicos, o que se tornou útil, também, para utilização de aplicativos direcionados para facilitar a aprendizagem.

No final do processo reflexivo, percebeu-se que a estudante conseguiu demonstrar autonomia, algo que não era evidenciado antes dos atendimentos na SRM. A estudante X não respondia questões simples, pois, não apresentava noções de identidade e entendimento para as situações sociais, tais como: conhecimento sobre sua vida, seu nome, idade, onde estuda, o que aconteceu durante seu dia, etc. Após as intervenções realizadas pelos docentes da SRM e o desenvolvimento de algumas competências, a



estudante passou a expressar o que lhe satisfaz ou não. A estabelecer um diálogo e responder corretamente essas questões referenciadas. Esses foram alguns dos primeiros sinais de que o trabalho educativo estava contribuindo para o desempenho cognitivo e social da discente.

Estes conhecimentos são primários, mas de grande relevância, pois, devem anteceder os conceitos mais complexos que a escola trabalha, considerando que a própria consciência da identidade e do contexto social significam os primeiros laços de compreensão da distinção do Eu e do mundo.

É possível ainda relatar que a estudante não conseguia se dirigir à sala sem orientação e acompanhamento de alguém, sendo os sentidos/direção trabalhados com ela na perspectiva de construir a sua autonomia. É importante mencionar que a escola trabalhava com a mudança do estudante da sala de aula a cada alteração da disciplina, ou seja, ela precisaria saber a qual sala se dirigir para a próxima aula e relacionar a disciplina/professor. Um exercício de memória e relação professor (a), disciplina e sala de aula. Uma construção concreta e ao mesmo tempo também abstrata, que exigiu dedicação da professora da Sala de Recursos Multifuncionais e apoio de alguns colegas de sala regular que, também, estavam atentos auxiliando a observação da autonomia da estudante.

A relação espaço físico, horário e disciplina trabalhava a relação e ordem, ambos conceitos da matemática. Estes conhecimentos, a princípio, pareciam de pouca importância/relevância para os professores, todavia, durante o desenvolvimento do processo, os professores das salas regulares foram compreendendo o trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais.

A família, também, foi contribuidora do processo, trazendo a estudante para a SRM no contra turno, duas vezes por semana, por aproximadamente uma hora cada encontro. Dentre as atividades realizadas destacamos aquelas que estimularam a concentração, coordenação motora e outras que contribuíram no desenvolvimento da oralidade, ampliação do vocabulário, escrita, incluindo meios para reforçar o processo de alfabetização, reconhecimento de cores, números, letras e outros.

Todas as ferramentas de estímulos orientadas à estudante foram utilizadas com êxito e resultados satisfatórios, observamos também a aprendizagem de novas habilidades. Os relatos dos professores também foram satisfatórios sobre o



desenvolvimento dela. A auto confiança e o vínculo afetivo com a professora da SRM foram fundamentais para estes resultados.

Quanto as atividades das salas de aulas regulares, com o trabalho realizado junto aos professores e alunos, aos poucos, os professores e colegas de sala incluíram efetivamente a aluna. Os colegas a envolvem nos grupos e se preocupam em orientá-la e levá-la para sala. Os professores têm direcionado seminários para que X apresente e, além disso, a partir das orientações sugeridas pelos profissionais da SRM, os docentes começaram a produzir atividades adaptadas e direcionadas a ela.

Outras atividades realizadas pela escola e que a aluna participa são: a banda da escola, aulas de campo, trilhas, teatro, etc. Nessas, tendo a estudante participado efetivamente. Essa interação nas atividades podem ser um reflexo das propostas desenvolvidas na SRM e que tem se expandido para outras áreas da escola.

Também foram direcionados outros encaminhamentos para atendimentos com profissionais especializados da área de psicologia que ajudaram a constituir as atividades realizadas na SRM, estimulando e facilitando a compreensão de diferentes aspectos educacionais e de relações sociais necessários a estudante.

Todavia, por questões pessoais e familiares a estudante precisou se ausentar da escola. Diante disso, os docentes da SRM, coordenação pedagógica da escola (do turno de aula da aluna), gestão e família em contato, estudando a necessidade de ausência da aluna da escolar, solicitaram aos professores das salas regulares que produzissem algumas atividades adaptadas para que a aluna pudesse realizar na residência dela e depois enviar aos professores para que eles pudessem avaliá-la, visto que, restavam poucos dias para fechar o ano letivo.

Outrossim, além das tarefas solicitadas aos professores das salas regulares, os docentes da Sala de Recurso Multifuncional, também elaboraram algumas tarefas para que ela revisasse as habilidades e competências que já havia conquistado e, também, ampliasse novas competências.

Essa estratégia foi pensada e colocada em prática tendo como objetivo a valorização de todas as conquistas obtidas pela discente ao longo do ano e, também, para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, mesmo a estudante se encontrando impossibilitada de frequentar a escola.



Esse aspecto foi de todo relevante para ela, visto que, não só contribuiu para a revisão e sedimentação das habilidades adquiridas pela aula, como também, foi uma ferramenta de avaliação final que os professores das salas regulares se valeram para avaliar a estudante, pois, foram nítidos os avanços intelectuais-educativos e interpessoais que obteve durante o seu processo na escola.

Destaca-se, portanto a importância das intervenções realizadas no Atendimento Educacional Especializado, estreitando o diálogo entre os professores e promovendo adequações curriculares com o apoio da professora da Sala de Recursos Multifuncionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso realizado sobre a estudante em questão permitiu evidenciar que as Salas de Recursos Multifuncionais têm importante papel na escola, pois, a partir do trabalho realizado nela é possível romper barreiras impostas à inclusão e adequação do estudante no âmbito escolar.

Outrossim, em inúmeras oportunidades, é por intermédio da SRM que o estudante e seus familiares são acolhidos e passam a serem sujeitos pertencentes a escola. Sujeitos esses que, veem seus direitos defendidos cotidianamente pelos profissionais das Salas de Recursos Multifuncionais e os professores da Educação Especial que realizam o trabalho de inclusão, apoio e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais na escola.

No caso em questão, além dos fatos elencados juntam-se, as atividades propostas que foram capazes de desenvolver na aluna novas habilidades/competências que facilitaram o processo de ensino-aprendizagem e inclusão.

A união de todas essas ferramentas e o trabalho colaborativo que uniram: SRM, professores das salas regulares, equipe gestora da escola, profissional do suporte pedagógico, profissionais de apoio, família e profissional da área de saúde (psicólogo) contribuíram de forma significativa para a percepção, por parte dos profissionais da educação que lidam cotidianamente com aluna, que a soma do trabalho resultou em ganhos significativos para o desenvolvimento e ampliação das potencialidades intelecto-educativas da aluna com DI (Deficiência Intelectual).



Por fim, a partir desse estudo de caso de um estudante com DI, é possível perceber a relevância da SRM como um veículo de acolhimento (estudante e família) e facilitador do desenvolvimento das capacidades/habilidades dos estudantes com restrições cognitivas e outras interações sociais. E assim, é cristalino que a inclusão na escola requer o suporte promovido pelos professores da Sala de Recursos Multifuncionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR-Associação Americana de Retardo Mental de 1908-2002. Revista de educação PUC-Campinas, n. 16, 2012.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: Educação Especial: temas atuais. MANZINI, E. J. (Org.). Marília: UNESP, 2000.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GROSSMAN, H. J. Manual on terminology and classification in mental retardation. Washington (DC): American Association on Mental Deficiency, 1973.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. Editora Pedagógica e Universitária LTDA.

ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. Revista brasileira de educação especial, v. 20, n. 3, p. 341-356, 2014.

SANTOS, D. C. O. dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de estudantes com deficiência intelectual. Educação e pesquisa, v. 38, n. 4, p. 935-948, 2012.

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.